

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: Secretário sai antes de troca na pasta de Minas e Energia	2
Título: Governo pretende arrecadar até R\$ 7 bi com novo leilão do pré-sal	3
Título: Troca ministerial afeta Eletrobras	6

Folha de S. Paulo

Título: Mudança na pasta de energia afeta Eletrobras	8
--	---

O Estado de S. Paulo

Título: Secretário sai antes de troca na pasta de Minas e Energia	13
---	----

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Secretário sai antes de troca na pasta de Minas e Energia	2
Título: Governo pretende arrecadar até R\$ 7 bi com novo leilão do pré-sal	3
Título: Falha humana causou apagão, conclui investigação do ONS	5
Título: Troca ministerial afeta Eletrobras	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Apagão que deixou sem luz foi causado por falha humana, diz ONS	6
Título: Mudança na pasta de energia afeta Eletrobras	8
Título: É preciso privatizar a Eletrobras? SIM	9
Título: É preciso privatizar a Eletrobras? NÃO	11

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	13
Título: Secretário sai antes de troca na pasta de Minas e Energia	13
Título: Falha humana causou apagão, conclui investigação do ONS	14
Título: A segunda chance	15
Título: Indústrias puxam o consumo de eletricidade.....	17
Título: Para Unica, Brasil corre risco no etanol	18
Título: Oferta da Energisa abrirá disputa por Eletropaulo	19

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth, Daiene Cardoso / Brasília e Luciana Collet / São Paulo

Título: Secretário sai antes de troca na pasta de Minas e Energia

MDB decide manter ministério, o que afastou Paulo Pedrosa; Moreira é hoje o mais cotado ao ao posto de ministro.

A cada vez mais provável escolha do ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco, para a sucessão do **Ministério de Minas e Energia** já provoca baixas. O **secretário executivo do ministério, Paulo Pedrosa**, afirmou ao "Estadão/Broadcast" que também dá seu ciclo como encerrado. Seu pedido de exoneração foi o último ato assinado ontem pelo ex-ministro Fernando Coelho Filho.

Até o início desta semana, Pedrosa era considerado o nome mais forte para assumir o ministério. Na quarta-feira, porém, houve uma reviravolta devido à pressão política do MDB para retomar o controle da pasta. Os investidores reagiram mal, pois Pedrosa era o maior entusiasta da privatização da Eletrobrás.

Ontem, as ações ordinárias (com direito a voto) caíram 9,17%, enquanto as preferenciais recuaram 8,17%.

Pedrosa colocou o cargo à disposição "para evitar constrangimento" e dar liberdade para a montagem de uma nova equipe. "Tocamos um bocado de coisas e concluímos. Foi um pacto que se fez, foi construído e está cumprido."

Disputa eleitoral. Um dos motivos que explicam a reviravolta na sucessão do MME é a saída de Coelho Filho do MDB, menos de um mês após a filiação. Ele migrou ontem para o DEM, na véspera do fim do prazo para mudanças partidárias, em busca de espaço para concorrer às eleições em outubro em um "partido confiável", segundo fontes.

Ao deixar o MDB, o ex-ministro perdeu força para indicar Pedrosa como seu sucessor. Abancada de deputados do MDB pressionou o presidente Michel Temer para reassumir o MME, pasta comandada pelo partido por anos. Eles indicaram o deputado Saraiva Felipe (MDB-MG), ex-ministro da Saúde entre 2005 e 2006, durante o governo Lula.

Com o impasse entre um nome técnico e um nome político e as pressões sobre o Planalto, Moreira Franco firmou seu nome Ícomo a melhor alternativa. Ele é do MDB e comanda o Programa de Parcerias de Investimentos (P-PI), responsável pelas concessões de infraestrutura, além de ser ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República. Indo para o MME, Moreira Franco continua com a garantia do foro privilegiado.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: Governo pretende arrecadar até R\$ 7 bi com novo leilão do pré-sal

5a. Rodada vai contar com quatro blocos nas bacias de Campos e Santos.

O governo federal prevê arrecadar entre R\$ 6,5 bilhões e R\$ 7 bilhões de bônus de assinatura com a oferta de quatro blocos na 5.a rodada de licitações de áreas do pré-sal, que pretende realizar em setembro deste ano. A informação foi dada ontem pelo **secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix**, ao explicar que o valor do bônus de cada área ainda não foi definido, mas que deverá ficar nessa faixa.

Os bônus de assinatura em blocos do pré-sal, que são explorados no regime de partilha, são fixos. O vencedor é o consórcio que oferece o maior percentual de óleo-lucro para a União, que é o volume de ganhos após a dedução de todos os custos e investimentos com a exploração e produção no bloco.

Na 5.a Rodada, devem ser oferecidos os blocos Sudeste de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos, e Pau Brasil, na Bacia de Santos, que não receberam lances no último leilão do pré-sal ocorrido no ano passado, durante a 3.a Rodada.

O secretário explicou que a 5.a Rodada vai contar ainda com as áreas que foram retiradas da 15.a Rodada de áreas marítimas e terrestres (pós-sal), realizada na semana passada, e da 4.a Rodada do pré-sal, que ocorrerá em junho, por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Às vésperas da 15.a Rodada, o TCU determinou a retirada de dois blocos do pós-sal na Bacia de Santos (S-M-534 e S-M-645) do certame por serem muito próximos aos blocos do pré-sal. Além disso, o Tribunal retirou a área de Saturno da 4.a Rodada. Assim, para a 5.a Rodada, essas três áreas juntas serão redivididas em dois blocos: Saturno e Titã.

— Estamos preparando toda a documentação para encaminharmos ao Conselho Nacional de Política Energética (CN-PE) até o fim de abril. Além de aprovar as áreas para o leilão, o CNPE terá que considerar essas duas áreas (pós-sal da Bacia de Santos) como estratégicas para poderem ir a leilão no regime de partilha por estarem fora do polígono do pré-sal. É a primeira vez que isso acontece — explicou o secretário.

A agilidade na proposta foi uma promessa do governo, que, no dia da 15ª rodada, pediu desculpas aos investidores pela retirada abrupta das áreas do leilão para aplacar as reclamações das empresas.

Neste ano, de acordo com Félix, o governo prevê uma arrecadação total da ordem de R\$ 18 bilhões com os leilões de áreas para exploração do petróleo. Na 15.a Rodada, o governo arrecadou cerca de R\$ 8 bilhões. Desse total, R\$ 7,5 bilhões vieram dos nove blocos ofertados, e arrematados, na Bacia de Campos, que foi considerada a grande estrela da licitação. Além do que já foi arrecadado, o governo espera outros R\$ 10 bilhões com os dois leilões do pré-sal neste ano. No dia 7 de junho, serão ofertados quatro blocos na 4.a rodada do pré-sal, com um bônus fixo total de R\$ 3,2 bilhões. Há ainda a expectativa de que o governo consiga fazer este ano o leilão das áreas excedentes da cessão onerosa do pré-sal à Petrobras, em 2010.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Reuters****Título: Falha humana causou apagão, conclui investigação do ONS**

Técnico errou na programação de um disjuntor na subestação do Pará, segundo o operador do sistema.

O blecaute que atingiu as regiões Norte e Nordeste no dia 21 de março foi resultado da falha de um técnico da Belo Monte Transmissora de Energia (BMTE), responsável pelo linhão entre a hidrelétrica de mesmo nome e o sistema nacional. A conclusão sobre o que originou o apagão foi divulgada ontem pelo diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata.

O relatório será enviado à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que deverá julgar eventual responsabilização da empresa e definir possíveis sanções. O apagão, o maior registrado no País desde 2009, foi causado por falha humana na programação do ajuste da proteção do disjuntor na subestação Xingu, no Pará, segundo Barata.

"O disjuntor foi programado para atuar com uma corrente de 4 mil amperes, mas a programação normal previa uma corrente superior a isso. Quando a programação foi implementada pelo ONS, o disjuntor atuou e separou os sistemas. O Norte ficou com excesso de geração e o resto com falta de geração ou excesso de carga", explicou. "Não fomos comunicados dessa programação. Se fôssemos, talvez o apagão não tivesse acontecido... mas o ONS deveria ter sido informado", disse.

Orçado em mais de R\$ 5 bilhões, o chamado linhão de Belo Monte opera em ultra-alta tensão e leva energia do Norte até o Sudeste do País.

A falha originada na estrutura, que gerou o apagão, ainda foi agravada por um atraso na construção de um segundo barramento na subestação onde houve o problema, segundo o ONS. A obra era de responsabilidade da espanhola Abengoa, que entrou em recuperação judicial e abandonou o empreendimento.

A chinesa State Grid e Furnas obtiveram autorização posterior da Aneel para implementar a unidade, mas no dia do apagão esse segundo barramento ainda não estava em funcionamento. Se ele estivesse em operação, haveria um caminho alternativo para que a energia escoasse após a falha no disjuntor e o blecaute poderia ter sido menos intenso, disse Barata.

A BMTE, que é uma sociedade entre a chinesa State Grid e a estatal Eletrobrás, disse que ONS e a Aneel sabiam que até a entrada em operação das duas barras (neste mês) a BMTE estaria em situação provisória.

O relatório final do ONS sobre o apagão, que afetou 14 Estados e 70 milhões de pessoas, deve ficar pronto em 15 dias e será encaminhado para a Aneel, para apuração de eventuais responsabilidades. Além da BMTE, que opera o linhão, a Chesf, da Eletrobrás, também pode ser alvo de uma apuração sobre seu papel no incidente. /

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Ribeiro

Título: Troca ministerial afeta Eletrobras

Em meio a mudanças no **Ministério de Minas e Energia**, as ações da Eletrobras despencaram ontem na Bolsa, com perdas que chegaram a superar 10%. Com a indefinição sobre quem ocupará a pasta, há o temor de que a privatização da estatal não saia neste ano. As preferenciais (PNs, sem voto) da estatal de energia fecharam com queda de 8,17%, cotadas a R\$ 23,40, e as ordinárias caíram 9,17%, a R\$20,26. No pior momento do pregão, os papéis chegaram a cair 12,3% e 10,9%, respectivamente.

Fernando Coelho Filho deixou o Ministério de Minas e Energia esta semana para disputar as eleições, e o secretário executivo da pasta, Paulo Pedrosa, também pediu demissão. Um dos cotados para assumir a vaga é o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco.

— Essa expectativa de mudança no ministério causa toda essa pressão — disse Alexandre Wolwacz, diretora Escola de Investimentos L& S. ()

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona / Rio De Janeiro

Título: Apagão que deixou sem luz foi causado por falha humana, diz ONS

Disjuntor de subestação de Belo Monte foi programado erroneamente.

A divulgação de relatório preliminar sobre as causas do apagão que deixou 70 milhões de pessoas sem luz em 21 de março opôs o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) à BMTE (Belo Monte Transmissora de Energia), empresa que opera as instalações nas quais o problema foi iniciado.

Para o operador, o blecaute foi provocado por falha humana na programação de um disjuntor da subestação Xingu, parte do sistema de escoamento da energia da usina de Belo Monte, no Pará.

A BMTE, controlada pela chinesa State Grid e pela Eletrobras, diz que o problema foi causado pela "condição provisória" do sistema, que operava com "risco de desligamento por falha simples".

O apagão deixou 14 estados do Norte e do Nordeste sem luz e teve reflexos em outras regiões, com cortes isolados para reequilibrar a frequência da rede de transmissão.

O diretor-geral do ONS, Luiz Eduardo Barata, disse nesta sexta (6) que o sistema de proteção do disjuntor estava programado de forma equivocada para operar com corrente máxima de 4.000 amperes, enquanto sua capacidade chega a 5.000 amperes.

A programação teria sido feita pela equipe técnica da BMTE e não informada ao operador do sistema.

Quando a corrente superou o teto programado, o disjuntor caiu, derrubando a ligação entre Belo Monte e o resto do país. "A proteção enxergou como se houvesse uma sobrecarga, mas não era sobrecarga", disse Barata.

O Norte caiu porque a rede ficou com mais energia do que consegue consumir. Já o Nordeste ficou com menos energia do que a demanda naquele momento, já que importava do Norte volume equivalente a 23% de seu consumo.

Uma falha no sistema de proteção da hidrelétrica de Paulo Afonso (BA) derrubou duas unidades geradoras da usina e contribuiu para o blecaute total em um momento em que apenas 50% da carga da região havia sido cortada.

A BMTE admite a falha no ajuste do disjuntor, mas diz que a configuração do sistema de transmissão de Belo Monte na hora do apagão era "degradada" e "provisória".

"Estamos trabalhando com uma situação que equivale a maiores riscos de contingências do que o planejado."

Inaugurado no fim de 2017, o sistema começou a operar sem a segunda conexão prevista entre a usina e a subestação, que só entrou em operação no fim de semana seguinte ao apagão.

A obra era de responsabilidade da espanhola Abengoa, mas foi transferida à BMTE devido a dificuldades financeiras daquela empresa, hoje em recuperação judicial.

O ONS admite que a segunda conexão poderia ter evitado o apagão, ao absorver a energia que era escoada pela primeira. Mas defende que a causa do blecaute não tem relação com o atraso nas obras.

A BMTE diz ainda que não houve testes do disjuntor com a carga máxima antes do dia do apagão, o que poderia detectar a falha de programação.

O relatório final com a conclusão das investigações sairá em até 15 dias e será encaminhado à Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Danielle Brant / São Paulo

Título: Mudança na pasta de energia afeta Eletrobras

As ações ordinárias da elétrica recuaram 9,17%, e as ordinárias perderam 8,17%.

Fernando Coelho Filho deixou Ministério de Minas e Energia para disputar.

O mercado reagiu mal à notícia de que **Paulo Pedrosa, secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia**, deixaria a pasta. Ele era cotado para assumir como ministro, após a saída de Fernando Coelho Filho, que vai disputar eleições. Os investidores não gostaram e descontaram nos papéis da estatal, que despencaram.

As ações da Eletrobras lideraram as quedas do índice Ibovespa nesta sexta (6). As ações ordinárias da elétrica recuaram 9,17%, e as ordinárias perderam 8,17%. "A avaliação é que isso pode prejudicar o processo de privatização. É mais uma incerteza em meio a outras, o que implica em dificuldade e uma perspectiva mais negativa para a privatização", afirma Rafael Passos, analista da Guide Investimentos.

Segundo ele, a proposta de privatização é o que tem guiado a alta dos papéis. Desde que o governo anunciou a venda da estatal, em agosto de 2017, as ações preferenciais subiram 32,4% e as ordinárias avançaram 43%.

"A privatização é extremamente positiva para a companhia. Significa menor interferência política nas decisões estratégicas da companhia, melhor estrutura

de dívida e governança da empresa e objetivos mais alinhados à indústria com processo administrativo mais fortes."

Em relatório, analistas do Itaú BBA avaliam como negativa a indefinição do futuro da pasta. "Nós acreditamos que Pedrosa seria um dos melhores nomes para substituir Coelho Filho no ministério", dizem.

Para eles, a venda da estatal está ligada à definição das mudanças no ministério.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Wilson Ferreira Junior

Título: É preciso privatizar a Eletrobras? SIM

Consertando os erros do passado

O projeto de lei que trata da desestatização da Eletrobras foi enviado à Câmara dos Deputados em 22 de janeiro e começa a ser debatido pelos deputados. O texto do Executivo abre uma nova perspectiva para a holding, que responde por um terço da geração de energia elétrica no país e quase metade das linhas de transmissão.

A proposta é recuperar a capacidade de investimento da Eletrobras e criar uma grande corporação do setor elétrico, capaz de contribuir com os desafios associados às novas tecnologias e operar em igualdade de condições com as maiores empresas de energia do mundo.

É preciso ter soluções inovadoras, respeitando o meio ambiente e com responsabilidade social. Ao mesmo tempo em que lança esse desafio, a proposta enfrenta, de maneira firme, alguns erros do passado.

Nos últimos anos, várias decisões governamentais conspiraram contra a solidez do setor elétrico. Uma delas, a mais relevante, foi a MP 579, de 2012 (que deu origem à lei 12.783, de 2013). Para renovar antecipadamente concessões que venceriam no período de 2013 a 2015, empresas geradoras foram obrigadas a aceitar redução nas tarifas, na época da ordem de R\$ 100 o megawatt/hora para R\$ 30 o megawatt/hora, cobrindo apenas os custos de operação e manutenção.

A justificativa era que o investimento nessas usinas já estaria amortizado e seria possível, com essa medida, beneficiar o consumidor. O valor da conta de luz caiu, de fato, 20% no primeiro momento.

A almejada queda, no entanto, durou pouco. Isso porque, em contrapartida a uma tarifa tão baixa, sobrou para o consumidor o custo do chamado risco hidrológico. Isto é, aquele associado à energia produzida por usinas térmicas, acionadas quando há estiagem prolongada. Essa energia é muito mais cara do que a gerada pelas hidrelétricas.

Porém, já em 2013, o consumidor deveria pagar pelo risco hidrológico mais do que a tarifa vigente antes da MP 579, cerca de 100 R\$/MWh. Em 2014, no pior mês, o consumidor deveria ser onerado em cerca de R\$ 130/MWh. Para manter artificialmente baixas as tarifas, o governo contratou, junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e um pool de 13 bancos, um empréstimo de R\$ 22 bilhões, que todos os consumidores pagarão até 2020.

Nesse período, o governo injetou no setor elétrico, por causa do risco hidrológico, mais R\$ 4 bilhões, que poderiam ter sido investidos em educação, saúde e segurança.

A medida resultou em perdas a empresas que aderiram à MP. No caso de Furnas e Chesf, subsidiárias da Eletrobras, as perdas foram de R\$ 10 bilhões, só no primeiro ano, ou 30% da receita perdida.

O processo de desestatização da Eletrobras prevê que novos contratos de concessão sejam assinados com a União, eliminando os erros da MP 579 e liberando as usinas para operarem no regime de produção independente, com tarifas mais competitivas.

O consumidor também será beneficiado, porque deixará de arcar com o risco hidrológico, que deve voltar a ser administrado pelos geradores. Terá ainda menos encargos na conta de luz, já que um terço dos recursos da desestatização será usado para abater a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que compõe a tarifa.

O projeto de lei, portanto, procura corrigir distorções que oneraram o consumidor nos últimos anos, ao mesmo tempo em que estabelece bases para o futuro do setor e devolve à Eletrobras seu protagonismo e a capacidade de contribuir para a expansão do setor elétrico por meio da criação de uma corporação efetivamente brasileira, unindo competitividade, valorização da empresa e desoneração dos contribuintes.

Wilson Ferreira Junior

Formado em engenharia elétrica, foi diretor da Companhia Energética de São Paulo (1995-1998, governo Covas) e presidente da CPFL (2000-2002, governos Covas e Alckmin); é presidente da Eletrobras desde 2016

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Joaquim Francisco de Carvalho****Título: É preciso privatizar a Eletrobras? NÃO**

Espaço público versus espaço privado

Canadá, Noruega, Suécia, Brasil e Venezuela são os únicos países em que a energia hidráulica é a principal fonte primária para a geração de energia elétrica. Em todos, as hidrelétricas são estatais. Exceto a Venezuela, nenhum é socialista.

A China é a maior produtora de hidroeletricidade do mundo, os EUA estão em quarto lugar. Em ambos, as principais fontes primárias são o carvão e o gás natural, mas, nos dois, as hidrelétricas também são estatais. Se a Eletrobras for privatizada, o Brasil será o único país a vender suas hidrelétricas.

Para formar uma opinião responsável sobre a importância da Eletrobras —em vez de ouvir os ex-agentes públicos responsáveis pelas privatizações já realizadas—, basta constatar o que aconteceu com a qualidade dos serviços de eletricidade e com as tarifas.

As privatizações começaram em 1995. No segmento de geração, cuja capacidade total é de 145 GW, apenas 29% ficaram com o Estado, representado pela Eletrobras, com as subsidiárias Furnas, Chesf, Eletronorte e pela metade de Itaipu.

No segmento de transmissão, o grupo Eletrobras controla 57 mil quilômetros de linhas, enquanto 584.000 quilômetros estão sob controle privado.

No segmento de distribuição, as principais empresas também foram privatizadas. No tocante à qualidade dos serviços, os consumidores têm enfrentado brutais aumentos na frequência e na duração dos cortes de energia.

Entre 1995 e 2017, as tarifas subiram mais de 130% acima da inflação. Antes de 1995, eram das mais baratas do mundo. Hoje, estão entre as mais caras. Por isso, inúmeras indústrias eletrointensivas estão saindo do Brasil e lançando ao desemprego milhares de operários e técnicos qualificados.

Pode-se mesmo dizer que a privatização do sistema elétrico agrava o processo de desindustrialização do Brasil, que volta a ser um simples exportador de commodities, como era antes dos anos 1950.

Aqui vale lembrar a diferença entre os conceitos de espaço público e privado, tema que os políticos brasileiros parecem ignorar.

O espaço privado é ocupado por empresas industriais, estabelecimentos comerciais, instituições financeiras e outras, que têm entre os seus objetivos o de gerar lucros.

No espaço público ficam atividades não lucrativas, como diplomacia, a segurança nacional, o policiamento, o ensino básico, o saneamento, a saúde pública, etc., além de certas "utilities", vitais para as demais atividades e que são monopolizáveis. Ora, a energia elétrica é um monopólio natural, do qual dependem a produção industrial, as comunicações, a saúde pública, a conservação dos alimentos, ou seja, praticamente tudo.

Portanto, tarifas elétricas não devem ser formadas no espaço privado, pois influenciam todos os custos da economia e constituem um privilegiado instrumento de arrecadação de parte da renda dos demais setores, função que cabe ao erário.

No caso do Brasil, deve-se ainda ter em conta que a energia hidráulica é a principal fonte primária para a geração elétrica.

Ocorre que esta é apenas uma das utilidades dos reservatórios hidrelétricos, ao lado de outras, importantes, como o abastecimento de água, a irrigação, o controle de enchentes, etc.

Tudo isso implica pesadas despesas permanentes em preservação ambiental. A experiência mostra que investidores privados não fazem tais despesas.

O grupo Eletrobras está em crise. Privatizá-lo não resolve o problema. Mais inteligente seria despolitizá-lo e submetê-lo a administradores profissionais, supervisionados por um conselho eleito por confederações da indústria e do comércio, os maiores interessados na qualidade dos serviços e na modicidade tarifária.

Se isso for feito de forma competente e honesta, calcula-se que os lucros da Eletrobras (com Itaipu) poderão superar, em apenas um ano, o valor que o governo espera arrecadar com a venda desse tão estratégico ativo.

Joaquim Francisco de Carvalho

Professor aposentado, é mestre em engenharia nuclear e doutor em energia pela USP; foi engenheiro da Companhia Energética de São Paulo, chefe do setor

industrial do Ministério do Planejamento e diretor industrial da Nuclen (atual Eletronuclear)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth, Daiene Cardoso / Brasília e Luciana Collet / São Paulo

Título: Secretário sai antes de troca na pasta de Minas e Energia

MDB decide manter ministério, o que afastou Paulo Pedrosa; Moreira é hoje o mais cotado ao ao posto de ministro.

A cada vez mais provável escolha do ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco, para a sucessão do **Ministério de Minas e Energia** já provoca baixas. O secretário executivo do ministério, Paulo Pedrosa, afirmou ao "Estadão/Broadcast" que também dá seu ciclo como encerrado. Seu pedido de exoneração foi o último ato assinado ontem pelo ex-ministro Fernando Coelho Filho.

Até o início desta semana, Pedrosa era considerado o nome mais forte para assumir o ministério. Na quarta-feira, porém, houve uma reviravolta devido à pressão política do MDB para retomar o controle da pasta. Os investidores reagiram mal, pois Pedrosa era o maior entusiasta da privatização da Eletrobrás. Ontem, as ações ordinárias (com direito a voto) caíram 9,17%, enquanto as preferenciais recuaram 8,17%.

Pedrosa colocou o cargo à disposição "para evitar constrangimento" e dar liberdade para a montagem de uma nova equipe. "Tocamos um bocado de coisas e concluímos. Foi um pacto que se fez, foi construído e está cumprido."

Disputa eleitoral. Um dos motivos que explicam a reviravolta na sucessão do MME é a saída de Coelho Filho do MDB, menos de um mês após a filiação. Ele migrou ontem para o DEM, na véspera do fim do prazo para mudanças partidárias, em busca de espaço para concorrer às eleições em outubro em um "partido confiável", segundo fontes.

Ao deixar o MDB, o ex-ministro perdeu força para indicar Pedrosa como seu sucessor. Abancada de deputados do MDB pressionou o presidente Michel Temer para reassumir o MME, pasta comandada pelo partido por anos. Eles indicaram o deputado Saraiva Felipe (MDB-MG), ex-ministro da Saúde entre 2005 e 2006, durante o governo Lula.

Com o impasse entre um nome técnico e um nome político e as pressões sobre o Planalto, Moreira Franco firmou seu nome Ícomo a melhor alternativa. Ele é

do MDB e comanda o Programa de Parcerias de Investimentos (P-PI), responsável pelas concessões de infraestrutura, além de ser ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República. Indo para o MME, Moreira Franco continua com a garantia do foro privilegiado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Reuters

Título: Falha humana causou apagão, conclui investigação do ONS

Técnico errou na programação de um disjuntor na subestação do Pará, segundo o operador do sistema.

O blecaute que atingiu as regiões Norte e Nordeste no dia 21 de março foi resultado da falha de um técnico da Belo Monte Transmissora de Energia (BMTE), responsável pelo linha entre a hidrelétrica de mesmo nome e o sistema nacional. A conclusão sobre o que originou o apagão foi divulgada ontem pelo diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata.

O relatório será enviado à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que deverá julgar eventual responsabilização da empresa e definir possíveis sanções. O apagão, o maior registrado no País desde 2009, foi causado por falha humana na programação do ajuste da proteção do disjuntor na subestação Xingu, no Pará, segundo Barata.

"O disjuntor foi programado para atuar com uma corrente de 4 mil amperes, mas a programação normal previa uma corrente superior a isso. Quando a programação foi implementada pelo ONS, o disjuntor atuou e separou os sistemas. O Norte ficou com excesso de geração e o resto com falta de geração ou excesso de carga", explicou. "Não fomos comunicados dessa programação. Se fôssemos, talvez o apagão não tivesse acontecido... mas o ONS deveria ter sido informado", disse.

Orçado em mais de R\$ 5 bilhões, o chamado linha de Belo Monte opera em ultra-alta tensão e leva energia do Norte até o Sudeste do País.

A falha originada na estrutura, que gerou o apagão, ainda foi agravada por um atraso na construção de um segundo barramento na subestação onde houve o problema, segundo o ONS. A obra era de responsabilidade da espanhola Abengoa, que entrou em recuperação judicial e abandonou o empreendimento.

A chinesa State Grid e Furnas obtiveram autorização posterior da Aneel para implementar a unidade, mas no dia do apagão esse segundo barramento ainda não estava em funcionamento. Se ele estivesse em operação, haveria um caminho alternativo para que a energia escoasse após a falha no disjuntor e o blecaute poderia ter sido menos intenso, disse Barata.

A BMTE, que é uma sociedade entre a chinesa State Grid e a estatal Eletrobrás, disse que ONS e a Aneel sabiam que até a entrada em operação das duas barras (neste mês) a BMTE estaria em situação provisória.

O relatório final do ONS sobre o apagão, que afetou 14 Estados e 70 milhões de pessoas, deve ficar pronto em 15 dias e será encaminhado para a Aneel, para apuração de eventuais responsabilidades. Além da BMTE, que opera o linhão, a Chesf, da Eletrobrás, também pode ser alvo de uma apuração sobre seu papel no incidente. /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: A segunda chance

A recuperação da produção de petróleo no Brasil, acompanhada pela valorização do barril no mercado internacional, vem trazendo perspectivas positivas para o Brasil. Essa combinação de fatores vem expandindo as receitas dos royalties e participações especiais, concebendo um alívio à arrecadação federal e aos Estados, principalmente, o Rio de Janeiro.

De acordo com dados do Tesouro Nacional, a arrecadação com recursos naturais no País rendeu R\$ 36,5 bilhões em 2017, sendo cerca de 80% desse total gerado pelo setor petrolífero. A arrecadação referente aos royalties e participação especial de óleo e gás, em 2017, totalizou R\$ 30,5 bilhões, uma elevação de 72% após dois anos de queda. A maior arrecadação foi motivada pelo crescimento de 24% do preço do barril de petróleo, que passou de US\$ 43,7 para US\$ 54,2 entre 2016 e 2017, e o incremento da produção nacional de petróleo e gás, de 5% em relação a 2016. Há de destacar o crescimento significativo do pré-sal, que já representa mais de 50% da produção nacional.

O Estado do Rio de Janeiro, responsável por 63% da produção nacional de petróleo e gás, é o grande beneficiário com a elevação da receita com royalties. Esse aumento da arrecadação persistirá pelos próximos anos graças ao fomento de investimentos propiciado pelo novo calendário de leilões e ajustes regulatórios. No entanto, as autoridades devem aproveitar essa segunda chance

e não gastar esse recurso, basicamente, em custeio como ocorreu no primeiro ciclo de royalties vindos da Bacia de Campos.

Entre 2006 e 2014, os royalties tiveram um papel fundamental na economia do Rio de Janeiro. Tanto o Estado como os municípios apresentaram um crescimento extraordinário de suas receitas e empregos originados no setor petrolífero. Os royalties e a participação especial foram crescentes a partir de 2009, quando totalizaram R\$ 4,9 bilhões, chegando à cifra de R\$ 8,7 bilhões em 2014.

No entanto, no final de 2014 a cotação internacional do barril de petróleo caiu vertiginosamente, afetando a receita de royalties e participação especial, que caiu

55% entre 2014 e 2016, passando de R\$ 13,5 bilhões para R\$ 6 bilhões no total do Estado e municípios do Rio. Com a crise econômica e a queda na receita do petróleo, ficou evidente que tanto o Estado quanto as prefeituras nunca entenderam o conceito de royalties e com isso não souberam converter os recursos de forma adequada. No caso do Estado, por causa da política de antecipar a receita dos royalties para pagar custeio e Previdência, tivemos de cobrir o buraco pela antecipação dessa receita num momento da queda dos royalties. Ou seja, foi adotada uma política de usar uma receita variável para cobrir custos fixos crescentes.

Agora, o Rio terá uma segunda chance de viver um novo ciclo. A previsão para 2017 é de uma entrada de R\$ 13,8 bilhões de royalties e participação especial para Estado e municípios, alta de 25% em relação a 2016. Deste total, R\$ 8,9 bilhões irão para o cofre estadual, colaborando para o atual regime de recuperação das contas. Para o governo do Estado, os royalties e a participação especial representarão 15% da receita bruta estadual em 2018, maior que os 11% do ano passado. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ainda, prevê uma receita total de R\$ 46 bilhões até 2021.

Diante dessa segunda chance tanto o Estado do Rio de Janeiro e seus municípios como os demais Estados e municípios que irão se beneficiar desse aumento de arrecadação dos royalties deveriam estabelecer uma agenda em que constasse os seguintes itens: usar o recurso para em primeiro lugar pagar as dívidas, criar um fundo e só investir os dividendos deixando o principal para gerações futuras, ajudar a acabar com o regime da Partilha que privilegia e concentra as receitas nas mãos da União e entender que para a produção presente e futura dos campos maduros é preciso que as alíquotas dos royalties fiquem abaixo dos atuais 10%.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRA ESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Editorial

Autor:

Título: Indústrias puxam o consumo de eletricidade

O consumo de energia elétrica atingiu 39,2 mil GWh em fevereiro de 2018 e cresceu 1,7% em relação a fevereiro de 2017, segundo a Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O aumento foi superior ao constatado em 12 meses (+0,8% em relação aos 12 meses anteriores) e se deveu à expansão crescente da demanda de energia por parte das empresas industriais. Resta saber se o crescimento do consumo de energia nos próximos meses será ou não afetado pela expressiva elevação das tarifas no mercado cativo das distribuidoras, decorrente dos mecanismos contratuais de atualização de preços.

Em fevereiro de 2018, o consumo industrial de eletricidade cresceu 3,9% em relação a igual mês do ano anterior, confirmando a trajetória de alta iniciada no segundo semestre de 2017. Entre os maiores consumidores destacou-se a indústria automobilística, cuja demanda cresceu 9,5% em relação a fevereiro de 2017. Também avançou muito o consumo da indústria extrativa de minerais metálicos, em especial, em Minas Gerais e no Pará, e o consumo da metalurgia de metais não ferrosos em São Paulo.

Foi significativo, ainda, o consumo dos setores de alimentos, têxtil e de borracha e materiais plásticos.

As residências também aumentaram o consumo de energia, mas em ritmo bem inferior ao das indústrias. A expansão do consumo entre fevereiro de 2017 e fevereiro de 2018 foi de 1,9%. O crescimento foi mais expressivo nas Regiões Norte (+6,5%) e Centro-Oeste (+8,1%). Na avaliação dos técnicos da EPE, dada a "trajetória gradual" de recuperação do mercado de trabalho, as condições atuais "ainda são frágeis para sustentar um crescimento vigoroso do consumo".

Os resultados do consumo na área comercial entre os meses de fevereiro de 2017 e de 2018 deixaram a desejar, exibindo uma queda de 0,4%, sob influência de fatores sazonais como os feriados de carnaval, as condições climáticas mais amenas em relação a 2017 e o desempenho mais fraco das vendas varejistas.

A demanda de energia tende a crescer com o aumento do ritmo da atividade. Mas, dado o custo da energia, parece provável que o mercado livre cresça mais rapidamente. Em 12 meses, enquanto o consumo no mercado cativo diminuía

5%, o do mercado livre crescia 15,9%, comportamento que se manteve em fevereiro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luaiho Otta I - Brasília

Título: Para Unica, Brasil corre risco no etanol

Associação diz que País não tem excedente de etanol para vender à China e pode virar destino do produto americano barrado pelos chineses.

Mesmo com o etanol envolvido na disputa entre Estados Unidos e China, a União da Indústria de Cana de Açúcar (Unica) vê mais riscos do que vantagens para o Brasil com a briga entre os dois gigantes. Para a associação, o País não tem álcool excedente para exportar e o etanol que a China deixará de importar dos Estados Unidos vai "sobrar" no mercado e poderá ser desviado para o Brasil.

"No curto prazo, não há benefício", afirmou Eduardo Leão de Sousa, diretor executivo da Unica. Ele explica que, atualmente, o Brasil consome perto de 28 bilhões de litros de etanol ao ano e exporta 1 bilhão de litros. "Não há excedentes que possam se beneficiar do vácuo do etanol americano no mercado chinês no curto prazo."

Os Estados Unidos, por sua vez, têm uma produção maior do que o consumo em 4 bilhões de litros ao ano. E havia três destinos para escoar esse excesso: Brasil, Canadá e China. "Para onde vai esse etanol? Isso vai causar uma desorganização do mercado."

No médio e longo prazos, há uma grande incógnita pairando sobre o mercado de etanol. A China anunciou que pretende misturar 10% de etanol à gasolina. Com isso, o consumo do produto saltará de 4 bilhões para 20 bilhões de litros.

Num primeiro momento, o país vai se abastecer com sua própria produção. Pretende utilizar, para isso, o etanol produzido a partir de um estoque de 200 milhões de toneladas de milho que, na sua maior parte, é impróprio para consumo humano ou animal. Não se sabe como o mercado será suprido depois de usado esse estoque.

"Isso abre uma perspectiva para os países exportadores de etanol, como os Estados Unidos e o Brasil", disse Leão. Mas, para isso, seria importante a China estabelecer regras que dessem previsibilidade aos produtores.

A China já havia elevado as tarifas de importação do etanol americano de 5% para 30% no início do ano passado. No início desta semana, a tarifa foi elevada para 45%.

28 bilhões é o consumo anual de etanol mercado interno Mercosul-UE. A escalada de medidas protecionistas entre os Estados Unidos e a China aumenta a pressão para que Mercosul e União Europeia acelerem um acordo de complementação econômica. O efeito prático, porém, tende a ser "marginal", segundo avalia fonte do governo próxima à negociação.

Desde o início da administração de Donald Trump, que fez a campanha eleitoral defendendo medidas unilaterais de comércio, europeus e sul-americanos tentam se colocar como

4 bilhões de litros é o que os EUA produzem a mais de etanol por ano um contraponto na defesa do livre-comércio e do multilateralismo. O fechamento do acordo seria um marco importante nessa direção.

As negociações, porém, ainda não estão concluídas. No momento, o plano é realizar uma reunião técnica ainda este mês para fechar uma proposta que possa ser discutida pelos ministros das duas regiões. Data e local não foram definidos. A discussão deverá ficar restrita aos temas "mais centrais", que envolvem o acesso a mercados.

No caso do açúcar, por exemplo, as discussões estavam num impasse porque os europeus fizeram uma oferta considerada "modesta". Eles se propõem a importar 100 mil toneladas anuais do produto. Porém, vão aplicar uma tarifa de € 98 por tonelada, o que simplesmente inviabiliza a venda para aquele mercado. O governo tem mantido segredo nessa etapa, que supostamente é uma reta final dos entendimentos.

No caso do etanol, os europeus se propuseram a importar 600 milhões de toneladas por ano do produto para uso como combustível. O diretor da Unica disse que é um volume razoável para esse segmento. Porém, quer aumentar a venda do etanol para uso pela indústria química.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Reuters

Título: Oferta da Energisa abrirá disputa por Eletropaulo

Uma oferta hostil apresentada pela Energisa para a aquisição da distribuidora de energia Eletropaulo por cerca de R\$ 3,2 bilhões deve ser apenas o início de

uma intensa disputa pela empresa, que está no radar de diversos outros interessados, segundo especialistas.

Antes da oferta da Energisa divulgada na quinta-feira, a italiana Enel já havia apresentado no final de março uma proposta para participar de uma oferta primária e secundária de ações em preparação pela Eletropaulo.

A elétrica paulista tem como um dos principais acionistas a americana AES, que sinalizou que poderá vender sua fatia de 17% na empresa em uma oferta secundária a ser realizada em breve.

A Eletropaulo é a maior distribuidora de energia do Brasil em volume de energia e em faturamento, que somou R\$ 13 bilhões em 2017, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Em número de clientes, a empresa só fica atrás da estatal mineira Cemig.

"Sem sombra de dúvidas, pela posição estratégica da empresa, em São Paulo, vão surgir outras companhias interessadas. Empresas do próprio segmento de distribuição e mesmo fundos de investimento", afirmou o especialista em energia do Demarest Advogados, Pedro Dante.

Além disso, São Paulo é o Estado mais rico do País, com uma localização que gera sinergias com distribuidoras operadas por outros grupos investidores.

A Energisa, por exemplo, possui nove distribuidoras que atuam em regiões que incluem o Estado de São Paulo, enquanto a Enel opera distribuidoras no Ceará, em Goiás e no Rio de Janeiro.

Mas grupos como a CPFL, controlada pela chinesa State Grid, a portuguesa EDP, que tem como sócia a China Three Gorges, a Neoenergia, dos espanhóis da Iberdrola, e a brasileira Equatorial também podem entrar no páreo, disse a diretora da consultoria Thymos Energia, Thais Prandini.

A Eletropaulo afirmou na noite de quinta-feira que irá responder em até 15 dias à proposta da Energisa, que prevê uma oferta pública voluntária de aquisição (OPA) da totalidade das ações da companhia.

Procuradas, a CPFL, EDP, Equatorial e Neoenergia não quiseram se pronunciar. A Eletropaulo disse que vai manter o mercado atualizado sobre o tema por meio de fatos relevantes.

MME / ASCOM .